



(Tradução)

Interpelação Escrita

Os trabalhadores dos serviços públicos que têm como função prestar os mais diversos serviços à população deparam-se também, à semelhança dos trabalhadores de diferentes sectores, com problemas ao nível da gestão de pessoal e distribuição do trabalho. E caso faltem mecanismos para a resolução atempada dos problemas, é provável que a qualidade dos serviços públicos seja posta em causa. Actualmente, quando um funcionário público apresenta uma queixa ao seu superior hierárquico contra algum tipo de tratamento injusto ou má gestão, é normal o respectivo processo acabar por ir parar às mãos do superior hierárquico directo do queixoso, portanto, na prática, faltam meios para a apresentação de queixas.

Nestes últimos anos, os relatórios das LAG têm feito referência ao aperfeiçoamento dos mecanismos de conciliação e tratamento de queixas dos trabalhadores dos serviços públicos. E no relatório das LAG para este ano, da área da Administração e Justiça, refere-se que vai ser impulsionado o regime centralizado de conciliação dos funcionários públicos, através de meios de conciliação para resolver os problemas de trabalho e as queixas apresentadas pelo pessoal. Em Fevereiro deste ano, na resposta a uma interpelação de um deputado, refere-se que *“A proposta sobre o referido mecanismo já se encontra elaborada, neste momento, está a decorrer a fase de ajustamento e introdução de alterações ao articulado do regulamento e aos documentos relativos aos procedimentos necessários.”*



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Os trabalhadores dos serviços públicos já há alguns anos que vêm exigindo ao Governo a criação de um conselho independente para tratamento de queixas, composto por representantes da sociedade e das associações de funcionários públicos, por forma a garantir que os queixosos não se transformem em alvo de futuros ajustes de contas. Quanto ao regime de conciliação proposto pelo Governo, duvida-se que assegure o tratamento independente e eficaz das queixas e a protecção dos queixosos.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo procedeu a uma ampla auscultação das opiniões dos trabalhadores dos serviços públicos, aquando da elaboração do respectivo regime de conciliação e tratamento de queixas? Esclareceu os trabalhadores dos serviços públicos sobre o conteúdo desse regime, para que estes pudessem apresentar as suas opiniões?
2. No tocante ao regime proposto pelo Governo, que método é que vai ser utilizado, em concreto, para tratamento das queixas? De que mecanismos dispõe o Governo para assegurar o tratamento justo das queixas e, ainda, que os queixosos não se transformem em alvo de futuros ajustes de contas?

17 de Julho de 2014.

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau**

Lei Cheng I